

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO - ASSOCIAÇÃO REABILITAR

CNPJ nº 07.995.466/0001-13



BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo Circulante		2017	2016	Passivo Circulante		2017	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.772.977	1.539.549	Fornecedores de bens e serviços	11	983.484	734.691
Clientes e Convênios	5	753.558	576.597	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e	12	1.260.089	1.170.927
Subvenções Governamentais	6	2.456.049	2.948.637	Outras Obrigações	13	142.728	54.684
Outros Créditos	7	49.425	4.679	Subvenções a Realizar	14	-	1.363.840
Estoques	8	939.444	869.680	PROSUS	15	1.409.941	1.098.228
Tributos a Recuperar	9	1.310	1.310	Receitas Diferidas de Subvenções	16	3.204.111	1.831.643
				Passivo Não Circulante		21.476.145	25.226.307
				Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e	12	101.362	380.707
				PROSUS	15	828.067	2.549.722
				Receitas Diferidas de Subvenções	16	20.546.716	22.295.878
				Patrimônio Líquido	17	3.155.900	324.935
Ativo Não Circulante		24.659.636	25.864.803	Patrimônio Social	17	2.260.282	2.260.282
Imobilizado	10	24.659.636	25.864.803	Superávit do Exercício	17	2.803.158	1.998.201
				Déficits Acumulados	17	(1.907.540)	(3.933.548)
Total do Ativo		31.632.398	31.805.255	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		31.632.398	31.805.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	2017	2016
Receita Operacional Líquida	28.373.373	24.980.981
Custos das Operações/Projetos/Atividades de Saúde	(17.299.024)	(13.706.888)
Custos com Serviços	(12.579.526)	(5.748.842)
Custos com produtos	(4.719.498)	(3.965.990)
Superávit Operacional Líquido	11.074.351	11.274.093
Despesas Atividades de Saúde	(8.382.527)	(8.028.554)
Despesas administrativas	(3.302.527)	(3.028.554)
Outras Receitas Operacionais	(33.247)	75.147
Outras Receitas Operacionais	65.568	103.116
Outras Despesas Operacionais	(89.755)	(29.989)
Superávit/Déficit Antes do Resultado Financeiro	2.738.627	3.390.366
Resultado Financeiro Líquido	64.581	77.944
Superávit/Déficit do Exercício	2.803.158	3.468.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

tenha a intenção de liquidá-lo em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

ii. **Ativos Financeiros Não Derivativos – Mensuração**
A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: recebíveis e ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem Contas a receber do SUS e de convênios.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo, por meio do resultado, se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem as aplicações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, que são prontamente convertidos em montantes conhecidos de caixa e sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor.

b) Estoques

Os estoques de material de consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes.

c) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Qualquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo, pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. As vidas úteis e valores residuais são revisados periodicamente.

Os bens são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em relação ao exercício anterior não houve alterações relevantes nas vidas úteis e valores residuais dos ativos.

d) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Subvenções a Realizar

As subvenções governamentais, inclusive a subvenção não monetária a valor justo é reconhecida pela Entidade quando existe segurança de que:

- a) A Entidade cumprirá todas as condições estabelecidas; e
- b) A subvenção será recebida.

A subvenção é reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas a norma contábil NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção é em conta específica do passivo.

f) Receitas

São reconhecidas pelo regime de competência, sendo faturadas mensalmente até a data do balanço.

g) Custos e despesas

São reconhecidas pelo regime de competência, simultaneamente ao reconhecimento da receita correspondente.

h) Doações recebidas

São contabilizadas no resultado do exercício os valores recebidos para custeio da entidade e são contabilizadas no Patrimônio Social da entidade os valores recebidos para aquisição de bens duráveis.

i) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem substancialmente receitas de rendimentos de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem principalmente juros a pagar.

ii) PROSUS

Com adesão ao PROSUS e o deferimento da moratória os tributos abrangidos ficaram com a exigibilidade suspensa, bem como os prazos prescricionais. Sobre tais tributos não incidirão juros ou correção monetária.

O detalhamento do passivo tributário incluso no programa consta na nota explicativa 15.

Nota 4 – Caixa e Equivalente de Caixa.

Descrição	2017	2016
Caixa	882	1.007
Bancos**	9.167	211
Aplicações Financeiras**	2.762.928	1.536.331
Total	2.772.977	1.539.549

*A Entidade mantém seus recursos financeiros em contas correntes administradas pelo Banco do Brasil S.A.

**Representadas por quotas de fundos de renda fixa com resgates automáticos, administrados pelo Banco do Brasil S.A.

Nota 5 – Clientes e Convênios

Descrição	2017	2016
SUS	486.659	549.607
Cornélio (Má. Evangelina Rosa)	37.873	1.848
IAPEP	1.344	-
Polícia Militar do Piauí	1.365	2.150
Instituto de Doenças Tropicais	2.613	7.013
Unimed Teresina	10.810	867
IPM7	65	65
Cartões de Débito/Crédito	212.829	14.967
Total	753.558	576.597

Nota 6 – Subvenções Governamentais

Descrição	2017	2016
Controle de Gestão	776.000	776.000
Programa Rede Viver sem Limites	54.000	54.000
CER II	200.000	200.000
Transporte Elétrico (Qualius)	1.426.049	1.918.637
Total	2.456.049	2.948.637

Nota 7 – Outros Créditos

Descrição	2017	2016
Adiantamento de 13º Salário	-	4.673
Adiantamento a Fornecedores	20.176	-
Seguros a apropriar	29.250	-
Total	49.425	4.673

Nota 8 – Estoques

Descrição	2017	2016
Estoque de mercadorias	426.981	564.370
Materiais diversos armazenados	510.482	513.370
Total	939.444	957.689

Nota 9 – Tributos a Recuperar

Referente a tributos para os quais a empresa pretende recuperar mediante compensação com tributos da mesma natureza.

Nota 10 – Imobilizado

Descrição	%	Valor de Custo de Aquisição	Deprec./Amort. Acumulada	Líquido 2017	Líquido 2016
Edificações	1%	17.170.000	209.317	16.960.683	17.141.383
Móveis, Equip. e Máquinas	10%	6.194.585	4.185.520	1.999.075	2.284.327
Veículos	20%	7.031.317	2.464.527	4.566.790	5.748.177
Utensílios e Instalações hospitalares	10%	682.654	262.215	420.439	413.729
Equipamentos de Informática	20%	721.193	478.648	242.545	276.187
Obras em Andamento	-	456.793	-	456.793	-
Total	32.248.862	7.989.226	24.959.636	25.864.803	

A movimentação da conta do imobilizado é composta da seguinte forma:

Descrição	Custo	Depreciação	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro 2015	8.884.427	(2.801.388)	4.483.039
Aquisição	23.454.548	-	23.454.548
Baixas	(223.236)	-	(223.236)
Depreciação	-	(1.449.582)	(1.449.582)
Saldo em 31 de dezembro 2016	36.115.689	(4.250.881)	31.864.808
Aquisição	18.1	1.017.642	2.332.953
Baixas	(198.675)	-	(198.675)
Depreciação	-	(2.336.348)	(2.336.348)
Saldo em 31 de dezembro 2017	32.248.862	(7.989.226)	24.959.636

16.1 – Avaliação para Registro Contábil dos Bens do Sesiapi

Em 2017 realizamos a avaliação dos bens recebidos da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, recebidos através do contrato de gestão. Foi contratada empresa para elaboração do Livro Contábil apresentando o valor dos bens e depreciação acumulada na data-base 31-12-2017, conforme quadro abaixo:

Bens Sesiapi	Valor
Valor por Nota Fiscal	1.463.259
Depreciação Acumulada	(1.315.211)
Valor Contabilizado	148.048

Bens Reabilitar

Aquisições do período	869.594
Total das Adições	1.017.642

Nota 11 – Fornecedores de bens e serviços

Descrição	2017	2016
Poliur Ind. e Come de Prod. Ort. Ltda	61.310	28.527
Ortomix Ortopedia Brasil Ltda	412.796	251.946
Comercial Equip Ltda	41.792	-
CDI - Centro de Diagnóstico p/ Imagem	50.499	-
Saecularis Auditores Independentes	40.520	111.676
Sonova do Brasil Prod. Audiológicos	47.740	17.500
Freedom Veículos Elétricos LTDA	67.485	-
Outros	261.342	325.043
Total	983.484	734.691

Nota 12 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais

Descrição	2017	2016
Provisão de Férias	755.051	717.462
INSS a recolher	66.366	63.108
FGTS a recolher	140.131	92.073

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO - ASSOCIAÇÃO REABILITAR

CNPJ nº 07.995.466/0001-13



BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

A entidade já obteve a confirmação de parte da remissão dos débitos incluídos na moratória do PROSUS, através do despacho rescisório de 16 de janeiro de 2017, processo nº 10384.724067/2014, onde totaliza o montante perdoado referente a tributos correntes pagos no exercício de 2015 no valor de R\$ 1.105.398,85, no âmbito da Receita Federal. Para o exercício de 2017 a entidade estima o perdão de R\$ 1.409.941,16 em débitos tributários, cuja confirmação dos efeitos da remissão depende da consolidação do cálculo dos débitos por parte da autoridade fiscal, de modo que o montante hoje reconhecido no passivo poderá sofrer alterações.

Nota 16 – Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais

As receitas diferidas são oriundas de subvenções governamentais contratadas com o governo federal para aquisições de bens do ativo imobilizado.

Descrição	2017	2016
Receitas Diferidas de Subvenções Gov.	1.151.666	1.411.666
Emenda Rejane Dias - 98/14	215.148	270.760
Emenda Ismar Marques - 102/14	142.852	164.689
Qualibus	3.719.431	4.864.009
Contrato de Gestão do Prédio	16.456.447	16.622.963
Projeto Passo a Frente	610.333	793.433
Merc. Doadas pela Receita Federal	1.203.800	-
Carreta Doada pela Receita Federal	103.100	-
Bens Sesapi	148.048	-
Total	23.750.826	24.127.521

Curto prazo	3.204.111	1.831.643
Longo prazo	20.546.716	22.295.878

Nota 17 – Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é formado pelos seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Patrimônio Social	2.260.282	2.260.282
Superávit do Exercício	2.803.158	1.998.201
Déficits Acumulados	(1.907.540)	(3.933.548)
Total	3.155.900	324.935

Nota 18 – Receita operacional líquida

Descrição	2017	2016
Receita Operacional Bruta	28.402.973	24.660.299
SUS	7.519.381	6.808.185
Subvenção Governamental	1.833.400	1.347.014
Contrato de Gestão	9.312.000	8.920.000
Produção da Oficina	366.023	344.554
Centro de Diagnóstico	51.258	54.520
Programa Rede Viver Sem Limites	648.000	648.000
Convênio - Piauí Secretaria de Saúde	113.178	89.548
Trabalho Voluntário	86.684	86.235
Doações	30.989	39.815
IAPEP	1.327	261
CER III	2.400.000	2.400.000
Hosp. Polícia Militar	1.365	4.285
Hosp. Natan Portela	31.818	79.200
PROSUS	1.409.941	1.098.228
APPM	4.585.269	2.727.680
UNIMED	12.341	12.710
IPMT		65
Deduções da Receita	(29.598)	(79.718)
Vendas Canceladas, Deduções e Desc.	(29.598)	(56.357)
Serv. Cancelados, Devoluções e Desc.		(23.361)
Receita operacional líquida	28.373.375	24.580.581

Nota 19 – Custos com Serviços

Descrição	2017	2016
Atividades de Habilitação, Reabilitação e Read.	5.117.277	4.609.813
Centro de Diagnóstico	2.802.525	2.820.505
Projeto Ônibus (Qualibus)	4.659.726	2.310.524
Total	12.579.528	9.740.842

Nota 20 – Custos com Produtos

Descrição	2017	2016
Oficina Ortopédica	708.444	605.485
Oficina Ortopédica Itinerante	267.708	113.736
Custo c/ Mercadorias	3.743.344	3.246.745
Total	4.719.496	3.965.966

Nota 21 – Despesas administrativas

Descrição	2017	2016
Despesa c/ Pessoal	4.076.164	3.544.644
Depreciação/Amortização	922.951	926.686
Despesas c/ Serviços de Terceiro	819.463	1.639.025
Outras Despesas Administrativas	2.483.949	2.918.209
Total	8.302.527	9.028.564

Nota 22 – Resultado Financeiro Líquido

Descrição	2017	2016
Rendimentos Aplicações Financeiras	97.976	116.181
IOF s/ Rendimentos de Aplicação	(15.192)	(19.363)
IRRF s/ Rendimentos de Aplicação	(18.203)	(18.974)
Total	64.581	77.844

Nota 23 – Resultado do Exercício

O Resultado do exercício apresentou um superávit no valor de R\$ 2.803.157,87.

Nota 24 – Imunidade

A Associação Reabilitar teve seu pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, deferido em 13 de agosto de 2014, passando a usufruir das imunidades abrangidas pelo CEBAS – Saúde a partir desta data.

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios de 2017 e 2016 seguem abaixo:

	2017	2016
Contribuição patronal de INSS	1.973.661	1.732.246
Alíquota RAT x FAP	327.628	287.553
Outras (SESC, SESI, SENAC etc.)	266.444	233.853
Total	2.567.733	2.253.652

Nota 25 – Trabalho Voluntário

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei nº 9.295/46, alterado pela Lei nº 12.249/10.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Reconhece que o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Os colaboradores voluntários não obtiveram nenhum tipo de provento e não faturaram nenhum tipo de serviço a Associação Reabilitar.

	2016		
Base para a mensuração das receitas e custos vinculados com trabalhos voluntários - 2016	Reuniões/Participações	Participantes	Total de Horas
Conselho de Administração	4	4	360
Conselho Fiscal	4	3	240
Diretoria	4	3	240
Amigos do CEIR	1.890	44	7.559

	2017		
Base para a mensuração das receitas e custos vinculados com trabalhos voluntários – 2017	Reuniões/Participações	Participantes	Total de Horas
Conselho de Administração	4	6	360
Conselho Fiscal	4	3	240
Diretoria	4	3	240
Amigos do CEIR	1.701	41	6.806

O Trabalho Voluntário está dividido em Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria e Amigos do Ceir os valores aos quais seriam repassados aos colaboradores voluntários da Associação Reabilitar, seria calculado com base no salário de mercado e no salário mínimo vigente.

Descrição	2017	2016
Conselho de Administração	16.667	15.000
Conselho Fiscal	15.000	15.000
Diretoria	26.000	26.000
Amigos do CEIR	29.017	30.235
Total	86.684	86.235

Nota 21 – Da Prestação de Serviços ao SUS

A Entidade apresenta indicadores que firmam o cumprimento das metas estabelecidas, cujo resultado operacional é o comprometimento do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), mas, a remuneração individual recebida torna-se insuficiente devido ao alto custo operacional dos serviços prestados, gerando déficits que são compensados com outras receitas provindas de outros convênios, doações e subvenções governamentais.

A Entidade da Área de Saúde faz jus ao Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos conforme a Lei 12.101/2009, do Decreto nº 8.242/2014 e as instruções da Portaria nº 111/2018 do Ministério da Saúde, que dispõe o processo de Certificação das Entidades Beneficente de Assistência Social na área de Saúde (CEBAS-SAÚDE), ofertando a prestação de seus serviços ao SUS, apresentando o seu percentual de 96,89%, entretanto obrigatoriamente, informará ao Ministério da Saúde, na forma por ele estabelecida, a sua totalidade dos atendimentos realizados por pacientes usuários do SUS, como também, a sua totalidade dos atendimentos realizados para pacientes não usuários do SUS, atendendo durante o exercício o percentual de atendimento decorrente de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde, sendo superior a 60% do total de sua capacidade instalada.

CEBAS- Saúde					
1 - PRODUÇÃO PRÓPRIA - PACIENTES-DIA SUS E NÃO SUS - SISTEMA SIH/CIHA					
MÊS	Atendimento SUS	Atendimento Não SUS	Total no Mês	% SUS Mês	% SUS Acumulado
Janeiro	8.135	195	8.330	97,66%	97,66%
Fevereiro	6.864	181	7.045	97,43%	97,55%
Março	8.811	233	9.044	97,42%	97,51%
Abril	7.128	189	7.317	97,42%	97,49%
Mai	9.945	248	10.193	97,57%	97,51%
Junho	9.140	207	9.347	97,79%	97,56%
Julho	9.178	183	9.361	98,05%	97,63%
Agosto	8.472	97	8.569	98,87%	97,78%
Setembro	8.466	168	8.634	98,05%	97,81%
Outubro	9.613	153	9.766	98,43%	97,88%
Novembro	7.501	211	7.712	97,26%	97,83%
Dezembro	6.714	86	6.800	98,74%	97,89%
Subtotal	99.967	2.151	102.118		97,89%

Nota 22 - Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras

A Administração autorizou a conclusão das demonstrações contábeis em 05 de fevereiro de 2018, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações contábeis, quando requeridos.

Sérgio Hermano de Sá Moraes Contador Associação Reabilitar CRC-PI 010397/O-1	Walter de Sousa Oliveira Superintendente Adm./Financeiro Associação Reabilitar C.R.A. 0384-PI	Francisco José Alencar Superintendente Executivo Associação Reabilitar CRM Nº 2565/PI	Benjamin Pessoa Vale Presidente Associação Reabilitar CRM Nº 1916/PI
---	--	--	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do fluxo de caixa, complementados pelas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, elaboradas pelo Contador Sr. Sergio Hermano de Sá Moraes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, e louvando-se no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis, Sr. Jorge Ivan Teles de Sousa, datado de 05 de fevereiro de 2018, é de opinião que os referidos documentos atendem às disposições estatutárias e legais, merecendo nossa aprovação.

Teresina-PI, 20 de Março de 2018.

Conselho Fiscal:

Carlos Alberto Linhares de Araújo
Jorge Maurício Cury Nunes
Maria das Graças Cavalcante Nogueira



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração da

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina, 19 de março de 2018.



Sæcularis Auditores Independentes S/S
CRC/PI 0124/O
Contador JORGE IVAN TELES DE SOUSA